

SUMÁRIO EXECUTIVO DA PROPOSTA DO PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO CENTRO (PROT-C)

Coimbra, 28 de Setembro de 2010

ÍNDICE

| | | |
|--------|--|----|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2. | SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROT-C..... | 4 |
| 3. | UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO | 5 |
| 4. | MODELO TERRITORIAL | 7 |
| 4.1. | Texturas e estruturas do modelo territorial | 7 |
| 4.2. | Os sistemas estruturantes que integram o modelo | 9 |
| 4.2.1. | Sistemas Produtivos | 9 |
| 4.3. | Proposta – síntese do modelo territorial | 16 |
| 4.4. | Unidades Territoriais do PROT-C..... | 17 |
| 5. | NORMAS ORIENTADORAS..... | 18 |
| 5.1. | Alcance normativo do PROT-C..... | 18 |
| 5.2. | Princípios assumidos | 18 |
| 5.3. | Normas Gerais..... | 19 |
| 6. | SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE APOIO À GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROT-C..... | 22 |

1. INTRODUÇÃO

Este documento constitui o SUMÁRIO EXECUTIVO da **Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT-C)** submetida, de acordo com os termos legais, a processo de discussão pública.

Como o seu nome indica visa essencialmente proporcionar um conhecimento das principais opções de ordenamento territorial consagradas para a Região divulgando-as ao maior número possível de pessoas e agentes numa linguagem o mais acessível possível, que não se substitui integralmente, como é óbvio, à proposta técnica em debate público e ao vasto e diversificado conjunto de estudos e relatórios técnicos e científicos que fundamentaram a elaboração do Plano, determinada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 31/2006 de 23 de Março.

O conteúdo documental do Plano é constituído por três peças:

- O **Documento Fundamental** que integra: (i) o Enquadramento Estratégico, a Visão e as Opções Estratégicas de Base Territorial; (ii) o Modelo Territorial (iii) as Normas orientadoras; (iv) o Sistema de Gestão e Monitorização do Plano;
- O **Relatório** constituído por: (i) Diagnóstico e Contributos para uma Visão Estratégica territorializada da Região Centro (Volume I – Factores Estruturais e Dinâmicas de Evolução Tendencial do Modelo Territorial e Volume 2 – Visão e Opções Estratégicas de suporte ao Modelo Territorial); (ii) Programa de Execução e Sistema de Indicadores de suporte à avaliação e monitorização do Plano.
- O **Relatório Ambiental**, resultante do procedimento da AAE de acordo do nº 3 do art. 54º do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, na sua actual redacção, e subsidiariamente pelo Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

O documento síntese agora apresentado inclui os seguintes elementos:

- **Apresenta** alguns elementos que caracterizaram os trabalhos de elaboração do PROT-C, designadamente a metodologia que organizou esses trabalhos e os diferentes processos de envolvimento e auscultação de actores regionais e locais que foram concretizados ao longo do período de elaboração dos trabalhos;
- **Define** a **VISÃO ESTRATÉGICA** que enquadra a proposta de desenvolvimento territorial;
- **Expõe** um modelo territorial para a Região no período de vigência do PROT-C, com explicitação da estratégia global, das principais apostas em matéria de estruturas produtivas, de sistema urbano, de acessibilidades e transportes, de protecção e valorização ambiental e de riscos naturais e tecnológicos e das principais unidades territoriais que devem reger a gestão territorial da Região;
- **Destaca** algumas das normas gerais e específicas que regularão a aplicação do PROT-C, salientando o alcance com que são formuladas de modo a facilitar a compreensão do quadro normativo;
- **Apresenta** os princípios que vão presidir à gestão e monitorização da aplicação do Plano e refere a relevância do Programa de Execução.

Importa sublinhar que, na sequência da publicação do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) que enquadra legalmente a estratégia nacional de ordenamento do território, a elaboração e aprovação dos PROT para os territórios das Regiões-Plano em Portugal continental (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) permitirá consolidar o edifício do planeamento do ordenamento do território. Embora vincule apenas as entidades da Administração Central e os Municípios, a futura aprovação do PROT-C iniciará um novo período de gestão territorial na Região. Pela primeira vez, estarão disponíveis linhas de estratégia de ordenamento do território a nível nacional e regional para enquadrar e orientar os PMOT e os PEOT. Nesse sentido, com a aprovação do PROT-C iniciar-se-á também um processo de aprendizagem na gestão territorial, adaptando-a ao novo contexto. Um debate público informado e transparente do PROT-C constituirá um primeiro passo para essa aprendizagem.

2. SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROT-C

A elaboração do PROT-C foi concretizada ao longo de um processo do qual se destacam os seguintes traços fundamentais:

- Forte envolvimento nos trabalhos de fundamentação técnica e científica de prestigiadas equipas de investigação não só de Universidades da Região mas também de outras Universidades do País;
- Pleno aproveitamento do potencial de participação de entidades no âmbito do funcionamento da Comissão Mista de Coordenação (CMC);
- Realização de diversas reuniões de trabalho em unidades territoriais específicas da Região de modo a recolher comentários e sugestões em função dos problemas e desafios de territórios específicos;
- Realização de um exercício de prospectiva com a participação de personalidades da Região;
- Utilização de uma plataforma colaborativa WEB como modalidade de disseminação de informação sobre as diferentes fases do trabalho, envolvendo a CCDRC, a equipa técnica e as entidades representadas na CMC.

O envolvimento de equipas de investigação permitiu dotar o PROT-C de valiosa fundamentação técnica e científica, organizada em torno de cinco sistemas de produção de conhecimento: **sistemas produtivos** (competitividade, inovação e tecnologias de informação e comunicação; agricultura e desenvolvimento rural; energia; turismo); **sistema urbano**; **sistema de acessibilidades e transportes**; **sistema de protecção e valorização ambiental** e **sistema de riscos naturais e tecnológicos**.

O conhecimento sectorial e territorial produzido no âmbito destes sistemas (disponível para consulta numa série de estudos autónomos) foi posteriormente integrado na análise do modelo territorial que caracteriza a Região e na proposta de linhas de orientação para o seu encaminhamento e transformação.

A proposta de PROT-C configura, assim, uma via progressiva de elaboração de sínteses em torno do conhecimento produzido, concretizando uma abordagem inovadora da sua territorialização.

A interacção com os trabalhos de avaliação ambiental estratégica do Plano e as numerosas reuniões de concertação realizadas com municípios e entidades da Administração Central na sequência dos comentários produzidos pela CMC permitiram enriquecer uma metodologia orientada para a multidisciplinaridade e para o aproveitamento pleno dos mecanismos de participação.

Para além de incorporar as orientações estratégicas do PNPO para a Região Centro e as grandes orientações da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o PROT-C acolheu e ponderou ao longo dos seus trabalhos uma vasta gama de Planos e Estratégias sectoriais e municipais.

3. UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA A REGIÃO

A proposta de uma Visão Estratégica para a Região é estruturada a partir de uma ideia central: afirmar geo-estrategicamente a Região Centro como um território com contributo activo e autónomo para a organização e desenvolvimento sustentável do território continental, combinando virtuosamente objectivos de competitividade e coesão.

O policentrismo urbano da Região, com gestão plena das suas complementaridades entre os seus centros urbanos mais representativos, é visto como um activo decisivo para contrariar o efeito tenaz que as dinâmicas territoriais das aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto tendem a exercer sobre a Região Centro.

O policentrismo urbano é ainda fundamental para consolidar uma base territorial mais alargada de competitividade na Região e, para em torno da rede de centros urbanos, criar condições de animação de territórios mais vastos, promovendo a coesão e recriando uma nova relação entre centros urbanos e territórios rurais de baixa densidade.

A visão estratégica para a Região concretiza-se num conjunto de objectivos estratégicos que orientam a programação do PROT-C:

- **Valorizar estrategicamente os activos específicos de internacionalização da Região:** a valia cultural, patrimonial e de oferta de serviços da marca Coimbra, a visibilidade externa do sistema de Cidades, os portos de Aveiro e da Figueira da Foz e respectivas plataformas logísticas, o potencial de inserção internacional do sistema universitário e politécnico e da rede de infra-estruturas de base tecnológica e o tecido empresarial mais internacionalizado devem ser promovidos como âncoras da internacionalização da Região;
- **Viabilizar a transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento:** a incorporação de níveis mais elevados de conhecimento no sistema produtivo da Região, seja o mais tradicional, seja o mais inovador e a necessidade de atracção e de fixação de recursos humanos mais qualificados constituem opções estratégicas que, no quadro do PROT-C, justificam que se atribua importância decisiva à constituição de uma rede regional de infra-estruturas tecnológicas, conectando os centros de produção de conhecimento e as empresas e à valorização do ordenamento territorial e urbano como factor de atracção de recursos qualificados;
- **Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural:** o fortalecimento e valorização de projectos agro-florestais viáveis e competitivos segundo uma lógica de actividade empresarial e não segundo critérios de potencialidades de uso do solo e a concretização de uma abordagem territorial e não sectorial do sector agro-florestal não competitivo, baseada em políticas integradas de desenvolvimento, constituem os vectores da visão estratégica diferenciada; a valorização integrada e multi-funcional dos espaços rurais não competitivos, segundo uma lógica de integração de políticas públicas e capacidade de iniciativa local, constitui a abordagem do PROT-C aos territórios de baixa densidade;
- **Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos susceptíveis de reconhecimento pela procura:** tendo em vista uma maior representatividade da Região no contexto dos produtos estratégicos contemplados no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) e o posicionamento face às marcas Douro e Alentejo, o PROT-C visa sobretudo estabelecer quadros normativos e de intervenção de requalificação do património cultural, ambiental, urbanístico, infraestrutural, de recursos humanos e organizacional de modo a criar condições para que a organização da oferta de recursos turísticos regionais possa transformar-se numa gama mais consistente de produtos e de nichos de mercado;
- **Valorizar os recursos culturais e patrimoniais como activos específicos de afirmação:** o estatuto de mosaico territorial que o PROT-C pretende valorizar para a Região Centro fundamenta-se entre outros recursos na valia patrimonial e cultural diversificada e na necessidade de os integrar como elementos da própria estratégia de ordenamento do território;
- **Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como factor de diferenciação competitiva:** a Região dispõe de condições territoriais, empresariais e de conhecimento únicas para se afirmar como um território de referência na utilização de fontes de energia eólica e valorização da biomassa, no aproveitamento de potenciais hidroeléctricos, na valorização dos bio-combustíveis, da geotermia, da energia solar e a médio-longo prazo do potencial da energia das ondas; a conquista de uma posição dianteira em termos de eficiência energética completa a visão;
- **Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo:** essencialmente por via de opções pertinentes de acessibilidades intra-regionais e de política de localização de serviços públicos e de serviços avançados às empresas, pretende-se concretizar o reconhecidamente maior potencial de sistema urbano policêntrico que a Região apresenta no território continental; a valorização do sistema urbano do litoral e da polaridade intermédia única que Dão-Lafões representa, a dinamização do Eixo da Beira Interior, a concretização do

corredor Coimbra-Covilhã, a articulação de territórios do Pinhal Interior com a área de influência de Coimbra e o novo papel dos centros urbanos do Pinhal Interior como fontes de serviços aos territórios de baixa densidade concretizam a visão estratégica para o policentrismo urbano da Região;

- **Potenciar a biodiversidade e as suas mais valias ambientais:** o Plano assume com o prioridade estruturante a promoção do valor social, económico e ambiental dos valores e dos recursos naturais, e a definição de uma rede constituída pelas áreas classificadas e outras áreas de valia ambiental e ainda pelos corredores ecológicos susceptíveis de assegurar a conservação e valorização do património natural, designada Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA). O Plano destaca como áreas de mais valias as áreas classificadas, as linhas de água e outras áreas sensíveis.
- **Implementar políticas de prevenção e mitigação dos riscos:** embora considerando que a estrutura urbana policêntrica da Região tende a minimizar a vulnerabilidade social aos riscos naturais e tecnológicos, o PROT-C propõe uma estratégia de ordenamento do território que tenha em devida conta os índices de perigosidade e de probabilidade de ocorrência desse tipo de riscos; as fragilidades da orla costeira e as condições de ondas de calor associadas a riscos como as secas e os incêndios assumem na estratégia proposta um relevo adicional;
- **Uma estratégia para os territórios de baixa densidade:** apoiado numa visão estratégica que valoriza essencialmente as políticas públicas integradas para territórios com actividades rurais não competitivas, o PROT-C pretende afirmar a Região Centro como território pioneiro na abordagem à baixa densidade, convocando municípios e entidades da administração central para uma perspectiva mais integrada desses territórios e para a valorização do papel dos centros urbanos (por mais pequena que seja a sua dimensão) e dos serviços associados na organização futura desses territórios.

4. MODELO TERRITORIAL

4.1. Texturas e estruturas do modelo territorial

A proposta de modelo territorial para a Região e a sua representação cartográfica devem ser compreendidas à luz da identificação de duas famílias de variáveis: as texturas e as estruturas territoriais.

A textura territorial da Região resulta da acção combinada de aspectos de geografia física (invariantes naturais como, por exemplo, relevo, bacias hidrográficas e clima), paisagem, principais usos agrícolas e florestais e restrições de regimes de protecção ambiental e de riscos naturais e tecnológicos, aos quais se juntou a própria análise demográfica.

A estrutura territorial abrange as variáveis económicas (sobretudo o emprego), as concentrações urbanas, as infra-estruturas arteriais de mobilidade e os parâmetros de vulnerabilidade social e de exposição ao risco.

Estes dois níveis de análise territorial configuram duas representações cartográficas de síntese e permitem destacar duas problemáticas marcantes que condicionam a estratégia de ordenamento do território: a dispersão urbana e a rarefacção dos territórios de baixa densidade.

Trabalhando com base num modelo de representação que representa a continuidade construtiva no território, emergem claramente as situações de: complexidade e diversidade das formas de urbanização difusa na Beira Litoral e da urbanização dispersa no sistema urbano em torno de Viseu, a malha rarefeita do povoamento nas NUTS III Pinhal Interior, Serra da Estrela, a descontinuidade no Caramulo/Buçaco, a relação entre a malha viária capilar e o povoamento, a tendência combinada entre o decréscimo demográfico e o reforço das sedes de concelho.

Os quatro cartogramas seguintes sintetizam o modelo territorial em consolidação da Região:

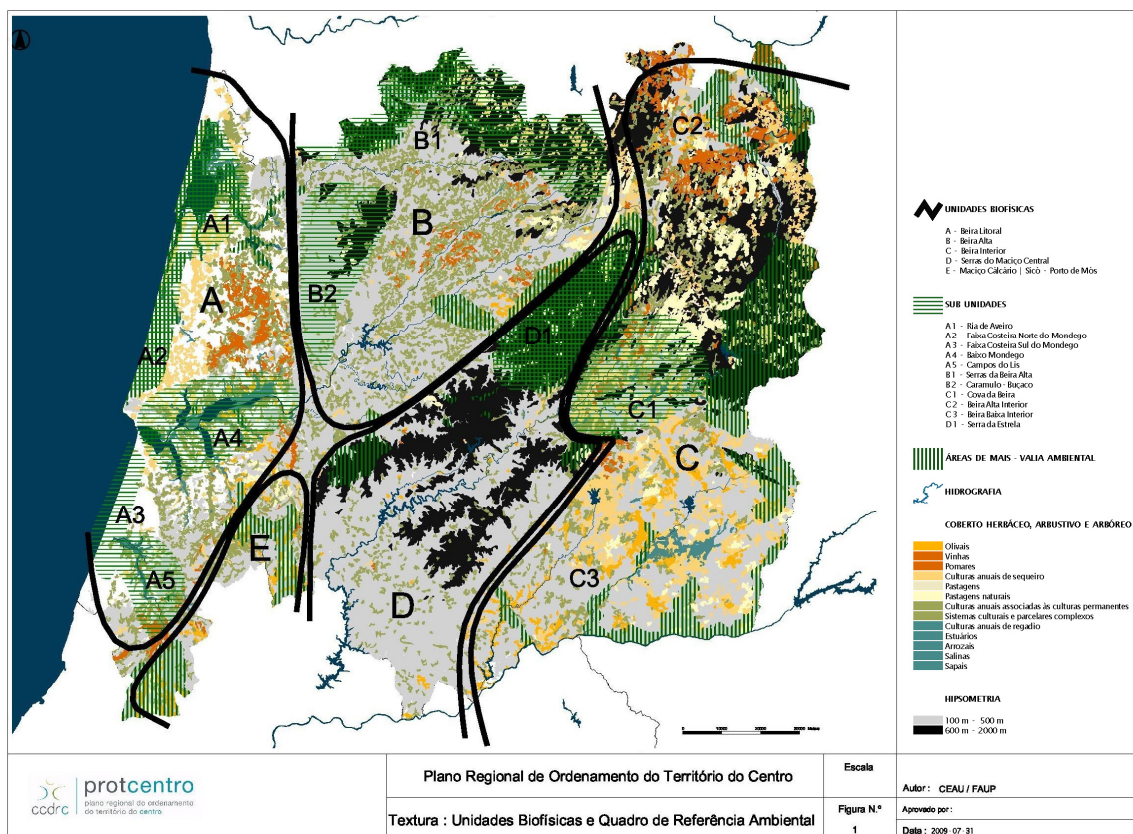


Figura 1: Unidades Biofísicas e Quadro de Referência Ambiental I (o mosaico natural)

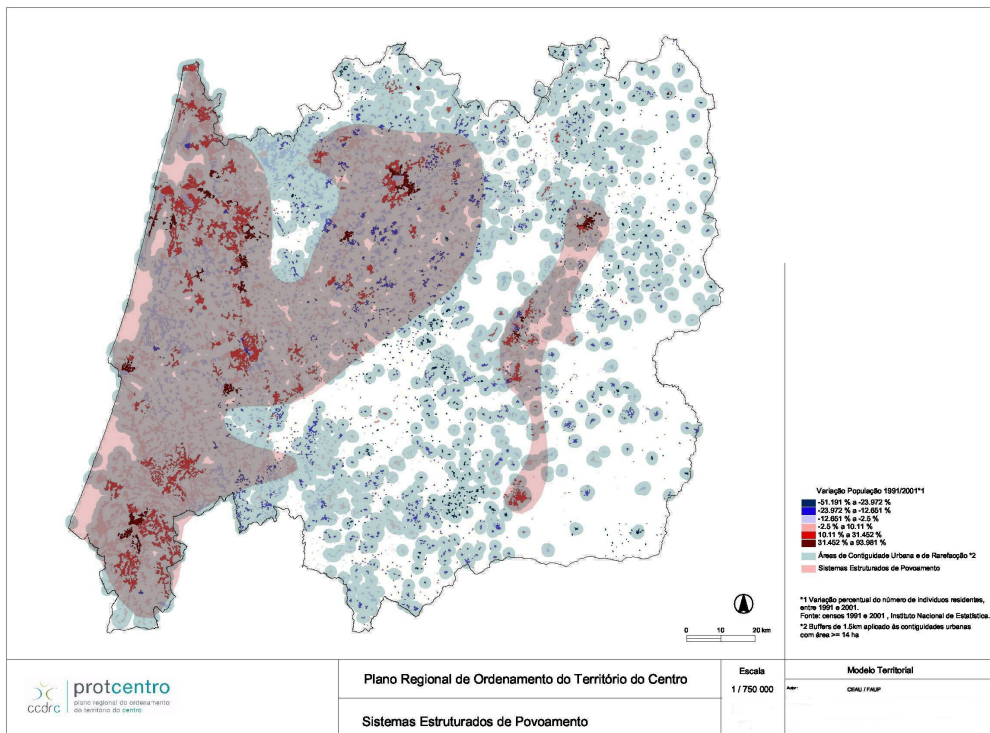


Figura 2: Demografia e Povoamento (evidências das assimetrias territoriais do modelo instalado)

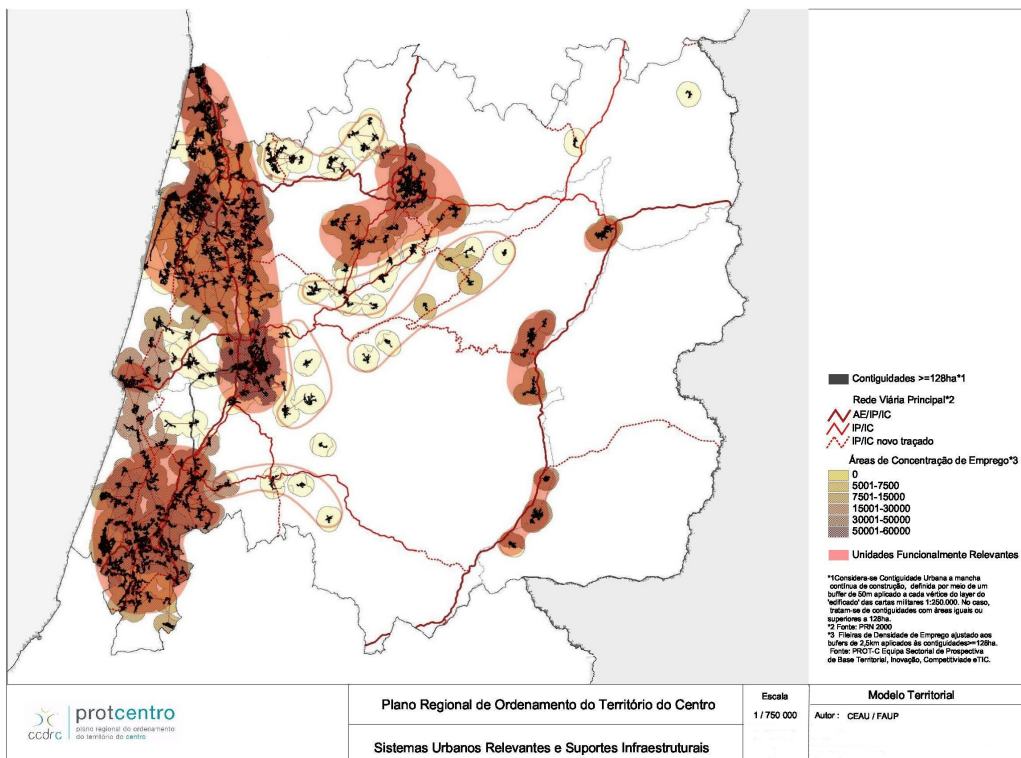


Figura 3: Concentrações Residenciais e de Emprego e Rede Viária Fundamental (principais polaridades)

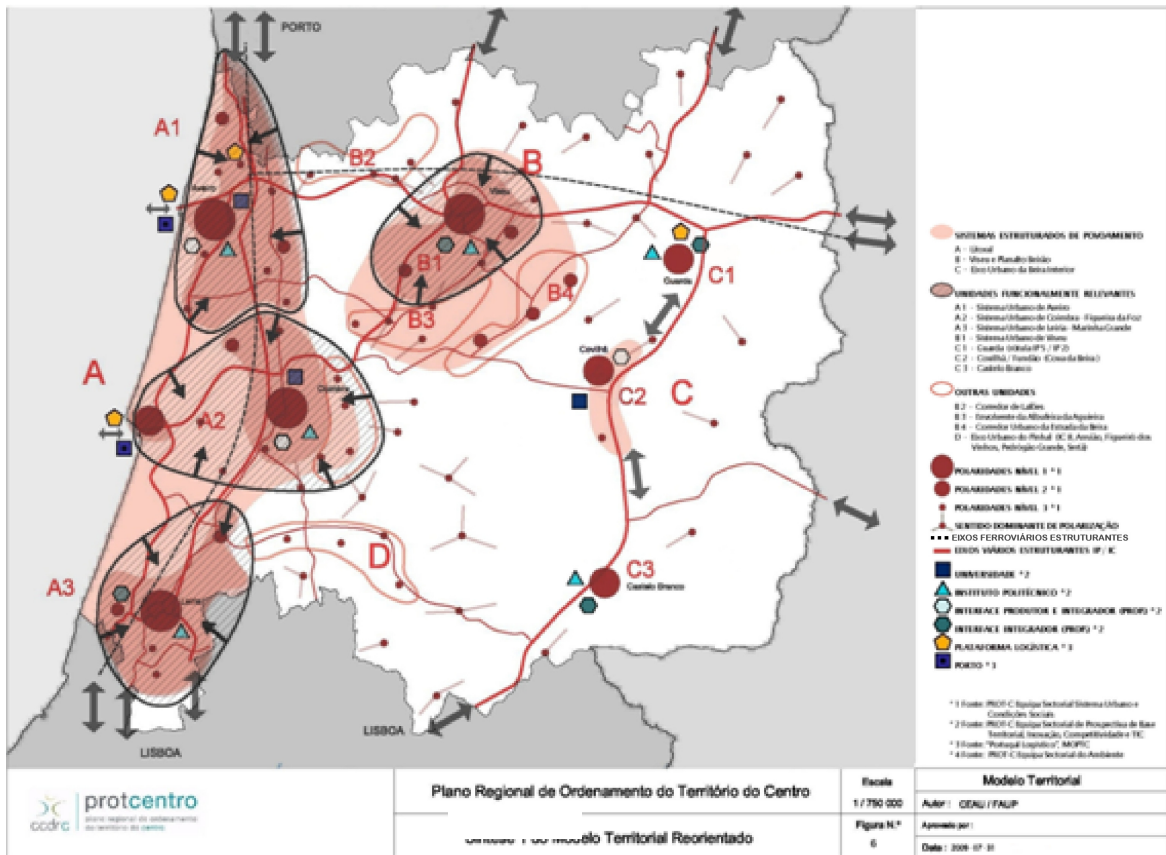


Figura 4: Nucleações Urbanas, Relações Funcionais e Redes (padrões de aglomeração/dispersão e elementos de estruturação).

4.2. Os sistemas estruturantes que integram o modelo

4.2.1. Sistemas Produtivos

Competitividade e inovação

Após um estudo pormenorizado das principais fileiras produtivas da Região, o PROT-C define para a componente de inovação uma estratégia organizada em torno de 5 núcleos urbanos principais, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu e do eixo urbano Guarda-Covilhã/Fundão-Castelo Branco, que estruturam três grupos territoriais distintos, mas complementares:

Territórios que, pela forte presença de unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) relevantes para as fileiras produtivas, têm capacidade de produção e aptidão para a disseminação de conhecimento e de novas tecnologias (Baixo Vouga, Baixo Mondego e Cova da Beira);

Territórios que, embora produzam conhecimento e novas tecnologias em áreas específicas devido à presença de uma rede de Institutos Politécnicos e outros elementos do S&CT, têm essencialmente aptidão para apropriação de conhecimento e de novas tecnologias (Pinhal Litoral, Dão-Lafões e o Eixo Interior);

Territórios de baixa densidade cujas características requerem políticas públicas que reforcem a articulação com os principais núcleos de desenvolvimento.

A estratégia proposta propõe a articulação diferenciada dos papéis destes territórios, partindo das suas especificidades. Deverão estimular-se as relações entre o tecido económico e o SC&T numa envolvente territorial directa, mas também com o exterior, e um relacionamento intenso e de complementaridade entre estes pólos de

desenvolvimento regional. Para tal, os principais pólos de Ciência e Tecnologia (C&T), estruturados em torno das três Universidades presentes na Região e, por isso tendencialmente localizados na sua envolvente geográfica, deverão alargar e aprofundar as redes regionais existentes e ampliar a disseminação de conhecimento e as novas tecnologias pela sua envolvente territorial. A estratégia propõe ainda a mobilização dos Institutos Politécnicos para integrar estas redes de cooperação.

A implementação da estratégia requer o desenvolvimento de uma base infraestrutural que potencie a articulação, em várias escalas territoriais e em sectores de actividade distintos, do SC&T com o tecido empresarial, e destes com a Administração Regional e Local. Propõe-se a constituição Sistema Regional para a Inovação Empresarial (SRIE) que deverá:

- Criar ou desenvolver a partir de cada uma das Universidades e do seu potencial em I&D um **Parque de Conhecimento e Tecnologia** (PCT), enquadrado na estratégia regional de desenvolvimento empresarial;
- Criar **Áreas de Localização Empresarial Certificadas** (ALEC) desenhadas para responder às necessidades do tecido produtivo da região, funcionando em estreita relação com as universidades e institutos politécnicos. As ALEC poderão ser criadas de raiz ou resultar da qualificação de parques industriais já existentes;
- Criar **Zonas de Actividade Empresarial e de Serviços** (ZAES), estruturadas em redes de complementaridade centralizadas nas ALEC e com especial aptidão para a criação e localização de serviços especializados de apoio às empresas.

A dinamização deste Sistema deverá desenvolver e consolidar três tipologias fundamentais de rede:

- **Rede para a Criação de Conhecimento e Tecnologia**, desenvolvida a partir das universidades e dos PCT, para promover a articulação intra-regional e da região com o mundo, em áreas tecnológicas específicas;
- **Rede de Transferência de Tecnologia**, corporizada a partir das ALEC, que apoie a incubação de ideias e empresas, permitindo que nasçam, sejam incubadas e se desenvolvam, dentro de uma lógica de ligação a centros de I&D e de conhecimento de forma a que sejam competitivas em termos europeus, criem valor e oportunidades de emprego qualificado;
- **Rede de Apoio Tecnológico**, constituída por um conjunto de Centros de Apoio Tecnológico (CAT) desenvolvidos, faseadamente, a partir de cada uma das Instituições de Ensino Superior (IES) da Região Centro. Cada ALEC terá uma ligação específica a um destes CAT para promover a articulação das suas estruturas de gestão e empresas com a Rede de Ciência e Tecnologia.

Desenvolvimento rural e actividades agro-florestais

A estratégia proposta parte do princípio fundamental de que agricultura e floresta já não unificam a relação da população rural com o território. Uma grande parte das explorações agrícolas não é gerida com o objectivo principal de produzir para o mercado ou tendo o mercado como referencial. Quanto à produção agrícola para o mercado (agricultura competitiva) ela intensificou-se mas a percentagem de território que ocupa retraiu-se fortemente e tende a relacionar-se cada vez menos com as características do solo. Também as áreas florestais têm vindo a expandir-se de modo cada vez mais separado da produção agrícola e do modo de vida da população rural.

Neste contexto, o espaço agrícola ou florestal diferenciam-se em três tipos de espaços: produção agrícola e florestal competitiva e áreas parcialmente ocupadas com actividades não direccionadas para o mercado, sendo estas últimas diferenciadas em função do seu uso dominante: produção florestal, reserva ambiental e conservação da natureza e outras actividades (caça, pesca, iniciativas desportivas e ambientais, turismo, entre outras).

Neste novo contexto, os condicionamentos hidro-agrícolas e ambientais assumem uma relevância crucial. Do mesmo modo, a animação económica e social induzida pela rede de aglomerados urbanos é crucial para fixar recursos e dinâmicas necessárias à valorização de produtos – marcas – território que tenderão a organizar as actividades agro-florestas não inseridas em fileiras competitivas. Nas actividades agro-florestais orientadas para o mercado são sobretudo as estratégias empresariais que comandam a distribuição das actividades e não as características do solo.

Turismo

A proposta do PROT-C para o desenvolvimento turístico da Região e conseqüente ordenamento territorial acolhe as estratégias protagonizadas pelas entidades que representam a organização institucional do sector na Região Centro: Entidade Regional de Turismo (ERT) do Pólo Serra da Estrela, ERT do Pólo Leiria-Fátima e ERT da Região Centro, procurando compatibilizá-las no quadro do posicionamento geo-estratégico da Região. Este último possibilita a viabilização e o reforço de complementaridades e sinergias entre recursos turísticos, numa lógica de organização

da oferta, através da exploração em rede dos activos culturais e patrimoniais. A criação e consolidação de rotas regionais e o desenvolvimento de actividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e ambiental (natural), são a forma de potenciar, nesta perspectiva, os produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) (touring cultural e paisagístico, turismo de natureza, saúde e bem estar, Gastronomia e Vinhos). O PROT-C considera ainda que há espaço para uma maior representatividade da Região nos produtos estratégicos do PENT (turismo religioso e náutico), esperando que uma próxima revisão do Plano possa acolher essa maior representatividade.

Para isso é necessário que as áreas de ordenamento turístico consideradas, Centro Litoral, Dão-Lafões, Pinhal e Beira Interior e os já referidos pólos da Serra da Estrela, na Beira Interior, e de Leiria-Fátima, no Centro Litoral desenvolvam sinergias e complementaridades do ponto de vista da transformação de recursos turísticos em produtos consistentes.

Património cultural

A estratégia passa pela valorização da imensa riqueza patrimonial da região, dispersa por todo o território, com testemunhos de diferentes épocas e culturas, que se estendem desde a Pré-História até aos nossos dias. É particularmente relevante a concentração de património construído classificado nos Centros Históricos das principais cidades e vilas da região, marcando a sua estrutura urbana e constituindo âncora importante nos processos de regeneração urbana e referência chave para o turismo urbano. De destacar, o acervo patrimonial de Coimbra, ligado em grande parte à Universidade. Há também que considerar os inúmeros edifícios conventuais isolados na paisagem rural, como era o Mosteiro da Batalha, hoje Património Mundial, ou os Castelos medievais erguidos nos pontos-chave de defesa do território. As redes de museus, de bibliotecas e de arquivos completam este importante factor de identidade da Região.

A estratégia proposta passa ainda pela necessária criação de centros de investigação com o objectivo de desenvolver linhas orientadoras de carácter científico, promover sistemas de avaliação da qualidade dos equipamentos associados ao património cultural e definir prioridades.

Sistema urbano

A estratégia do PROT-C projecta o sistema urbano da Região Centro como um território alternativo às duas Metrópoles, onde as cidades médias e os pequenos centros proporcionam uma oferta de emprego e um quadro de vida de qualidade claramente diferenciadores.

A consolidação do sistema urbano policêntrico da Região como marca da sua organização espacial exige a valorização dos seguintes sub-sistemas:

- Estruturação da extensa mancha urbana do litoral e dos seus principais sub-sistemas:
 - O sub-sistema urbano de Aveiro/Baixo Vouga que inclui Ílhavo-Vagos-Oliveira do Bairro-Águeda-Albergaria-Ovar. Polarizado pela cidade de Aveiro que se afirma pela oferta de serviços na área do conhecimento (ensino superior, estruturas de base tecnológica e de investigação), mas também pelas funções administrativas, sociais e de comércio, constitui uma centralidade com uma forte vocação industrial, com intensa inter-relação com a área metropolitana do Porto, e com uma forte componente logística decorrente do Porto de Aveiro, que pode ser potenciado pelos investimentos em plataformas logísticas;
 - O sub-sistema urbano de Coimbra/Baixo Mondego integra os centros urbanos de Figueira da Foz, Montemor-o-Velho Cantanhede, Mealhada, Penacova, Lousã, Miranda do Corvo e Condeixa-a-Nova. Coimbra destaca-se claramente pela oferta formativa e base tecnológica, ligado à universidade secular, mas também nas funções administrativas, de saúde e de comércio e serviços. Polariza um conjunto de centros urbanos vizinhos que asseguram a função habitacional de suporte. A influência dos serviços mais avançados, designadamente na área da saúde, estende-se a um extenso território. Exerce, por isso, funções de alcance regional, alargando a sua influência a territórios do Pinhal, vertebrando nesse sentido uma lógica de alternativa à influência das aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto. Figueira da Foz apresenta a sua especialização nos serviços turísticos, na logística e nos transportes;
 - O sub-sistema urbano Leiria - Marinha Grande/Pinhal Litoral estrutura-se em função de Leiria e assenta num relacionamento produtivo histórico ligado à indústria vidreira, que tem vindo a registar uma melhoria assinalável. Mantém inter-relações com o norte da Área Metropolitana de Lisboa, particularmente com Nazaré, Alcobaça, Fátima e Tomar. Leiria é um centro de emprego e de funções administrativas e de comércio e serviços, enquanto que o eixo Nazaré-Alcobaça-Fátima-Tomar evidencia uma oferta na área do turismo e do património. Pombal polariza o espaço de intermediação entre Leiria e Coimbra e localiza-se num local estratégico de ligação ao Interior.

- O sub-sistema urbano de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão é fortemente polarizado por este centro urbano, embora à sua volta gravitem outras aglomerações urbanas, bem como pequenos centros de cariz rural, cujos habitantes estão diariamente ligados por diversos motivos (trabalho, consumo e uso de serviços colectivos). Viseu é uma cidade média com uma dimensão razoável no contexto nacional, com uma localização privilegiada e com um forte dinamismo comercial e industrial. Constitui uma polaridade intermédia fundamental na Região do ponto de vista da articulação litoral-interior. Neste sub-sistema gravitam núcleos como Mangualde, Tondela, Nelas e Sátão, com uma forte presença da actividade industrial e São Pedro do Sul onde sobressai o termalismo. A influência deste aglomerado urbano dilata-se para Norte, em direcção a Lamego, e para Sul, em direcção a Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia.
- O sub-sistema urbano da Beira Interior desenvolve-se ao longo da IP2/A23 e abrange Guarda, Belmonte, Covilhã- Fundão e Castelo Branco. É constituído por núcleos que distam entre si apenas alguns minutos e polarizam as áreas envolventes de baixa densidade. Este eixo é profundamente marcado por actividades industriais tradicionais, como o têxtil e os lacticínios, embora apresente actualmente uma estrutura funcional diversificada, com especial relevância para a vocação turística ligada sobretudo ao sistema montanhoso Serra da Estrela - Serra da Gardunha e aos valores patrimoniais existentes. Guarda e Castelo Branco sobressaem pelas funções administrativas, Covilhã pelos serviços do conhecimento ligados à oferta de ensino universitário, Fundão pela produção local de excelência como a cereja e Belmonte com uma forte presença da indústria têxtil. A cidade da Guarda, com a sua posição de charneira entre duas importantes vias (IP2/A23 e IP5/A25), a que acresce a linha ferroviária e a futura plataforma logística, tem um importante papel de ligação entre o Litoral e o resto da Europa, muito especialmente com Espanha. Por outro lado, a Norte, o Douro Património Mundial abre novas oportunidades de relacionamento. A cidade de Castelo Branco, com o reforço das inter-conexões com o Litoral e Lisboa, evidencia tendências para privilegiar as suas ligações com Pombal e Leiria, e com a metrópole. As redes de concertação com Portalegre, e com o Norte Alentejano, também constituem uma oportunidade a desenvolver. A futura construção do IC31 potencia igualmente o reforço das ligações transfronteiriças. Propõe-se que a estruturação urbana do Pinhal Interior consagre o desenvolvimento de serviços à escala supra-municipal, o reforço dos centros urbanos complementares nomeadamente Arganil e Sertã, a potencial estruturação linear dos centros localizados ao longo do IC8, a gestão integrada de recursos naturais, a revitalização de saberes, o estabelecimento de acções prioritárias dedicadas à infância e velhice e a integração de políticas públicas.

Sistema de acessibilidades e transportes

A estratégia do PROT-C tem como orientação – chave o aproveitamento pleno do posicionamento geo-económico da Região, transformando-a em algo mais do que um simples espaço-canal na conexão norte-sul e na relação do País com o estrangeiro e valorizando a sua atractividade e centralidade. O sistema de acessibilidades e transportes deve assegurar um justo equilíbrio entre objectivos de competitividade e coesão, de modo a que os seus principais nós se assumam como factores de atractividade e de articulação com os territórios envolventes.

O PROT-C preconiza dois tipos de intervenções prioritárias: (i) intervenções materiais, maioritariamente relacionadas com a conclusão da rede de IC do PRN'2000 e com algumas EN, e (ii) intervenções imateriais, essencialmente ligadas à operacionalização de sistemas intermunicipais de transporte público nos principais sub-sistemas urbanos e ao desenvolvimento de novas formas de transporte público em áreas de baixa densidade, que colmatem a ausência de massa crítica local para acolhimento de equipamentos e serviços

O contributo do sistema de acessibilidades e transportes para a proposta de modelo territorial baseia-se em quatro elementos fundamentais: (i) corredores estruturantes; (ii) eixos prioritários de coesão; (iii) infra-estruturas nodais e plataformas logísticas (Portugal Logístico) e (iv) os principais sistemas intermunicipais de transporte público.

Os corredores estruturantes são os seguintes:

- Corredor do Litoral;
- Corredor do Interior (incluindo IC31);
- Corredor Aveiro – Vilar Formoso;
- Corredor Figueira da Foz -Castro Daire.

Consideram-se como Eixos Prioritários de Coesão as seguintes ligações:

- Tomar -Coimbra (IC3);
- Covilhã – Coimbra (IC6); Oliveira do Hospital – Fornos de Algodres(Guarda)(IC7);
- Castelo Branco – Pombal (IC8);

- Covilhã – Viseu (IC6-IC7-IC37).

As opções fundamentais em termos de vias férreas são as seguintes:

- Maximizar as condições de ancoragem do TGV na região, clarificando a articulação dos pontos de ligação a Aveiro, Coimbra e Leiria com as vias e transportes existentes numa lógica de valorização da intermodalidade;
- Minimizar impactos ambientais do atravessamento do cordão litoral pelo traçado do TGV;
- Definição de tarifários de ligação entre Coimbra e Aveiro compatíveis com a valorização do sistema policêntrico da Região e com o objectivo de contrariar o efeito de tenaz exercido pela aglomeração metropolitana do Porto;
- Valorização da linha do Oeste;
- Electrificação da linha da Beira Baixa;
- Reforço de condições e modelo de funcionamento da linha da Beira Alta.

As infra-estruturas portuárias que se localizam na Região Centro correspondem ao Porto de Aveiro e ao Porto da Figueira da Foz. O primeiro faz parte da rede de portos principais e o segundo da rede de portos secundários do Sistema Portuário Nacional, beneficiando desde 2008 de uma gestão integrada. Estabelece-se como principal prioridade a elaboração dos Planos de Estratégia e Exploração de ambos os portos em consonância com as Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo – Portuário.

Relativamente às plataformas logísticas, assumem-se como prioritários os investimentos previstos no âmbito do Programa Portugal Logístico para a Região Centro, designadamente a Plataforma Logística do Porto de Aveiro (compreendendo um pólo intra-portuário e um pólo em Cacia), a Plataforma Logística da Guarda e a Plataforma Logística do Porto da Figueira da Foz. Uma série de estudos complementares permitirá ajuizar da viabilidade empresarial de criação de aeroportos regionais articulados com o potencial de promoção turística.

O PROT-C define ainda orientações específicas ao nível dos instrumentos de planeamento e gestão da mobilidade a adoptar às escalas municipal e supra-municipal e da estruturação e gestão de sistemas de transporte público, com os seguintes princípios fundamentais:

- A produção de serviços de transporte público deve ser progressivamente efectuada em consonância com referenciais de planeamento e programação definidos pelas entidades públicas com competência nessa matéria, bem como estar suportada em instrumentos contratuais entre essas entidades e os operadores (públicos ou privados) nos quais se definam os requisitos de serviço pretendidos, o regime de financiamento aplicável e os mecanismos de avaliação de conformidade e desempenho;
- A integração física, tarifária e lógica da oferta de serviços de transporte público deve constituir uma prioridade na formulação de referenciais de planeamento e programação por parte das entidades públicas competentes, mesmo que de forma progressiva, o que pressupõe uma estreita colaboração entre a Administração Central (via Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres) e as Autarquias Locais, por um lado, e, por outro, entre estas últimas;
- A magnitude assumida pelos fluxos de transporte entre concelhos vizinhos em diversas áreas do território regional implica modalidades mais estruturadas de colaboração entre os Municípios envolvidos, designadamente através do recurso a formas de integração institucional do tipo Autoridade/ Associação Intermunicipal de Transporte Público;
- As limitações e insuficiências do quadro regulamentar e do sistema de financiamento do transporte público deverão ser superadas através da sua revisão por parte do Governo, podendo as tarefas mais imediatas de planeamento e gestão ser concretizadas através de parcerias público – público entre a Administração Central e as Autarquias Locais.

Sistema de protecção e valorização ambiental

Abrangendo um conjunto muito diversificado de domínios de intervenção (qualidade do ar e alterações climáticas, recursos hídricos e infra-estruturas ambientais, resíduos, usos do solo, florestas, paisagem, a zona costeira, conservação da natureza e biodiversidade), a estratégia proposta incide em duas vertentes: (i) o desenvolvimento de intervenções que valorizem as especificidades ambientais do território e que promovam a sua sustentabilidade e (ii)

o desenvolvimento de medidas de qualificação das áreas territoriais com evidentes problemas ambientais ou de salvaguarda daquelas que são consideradas de elevado valor ecológico/ambiental.

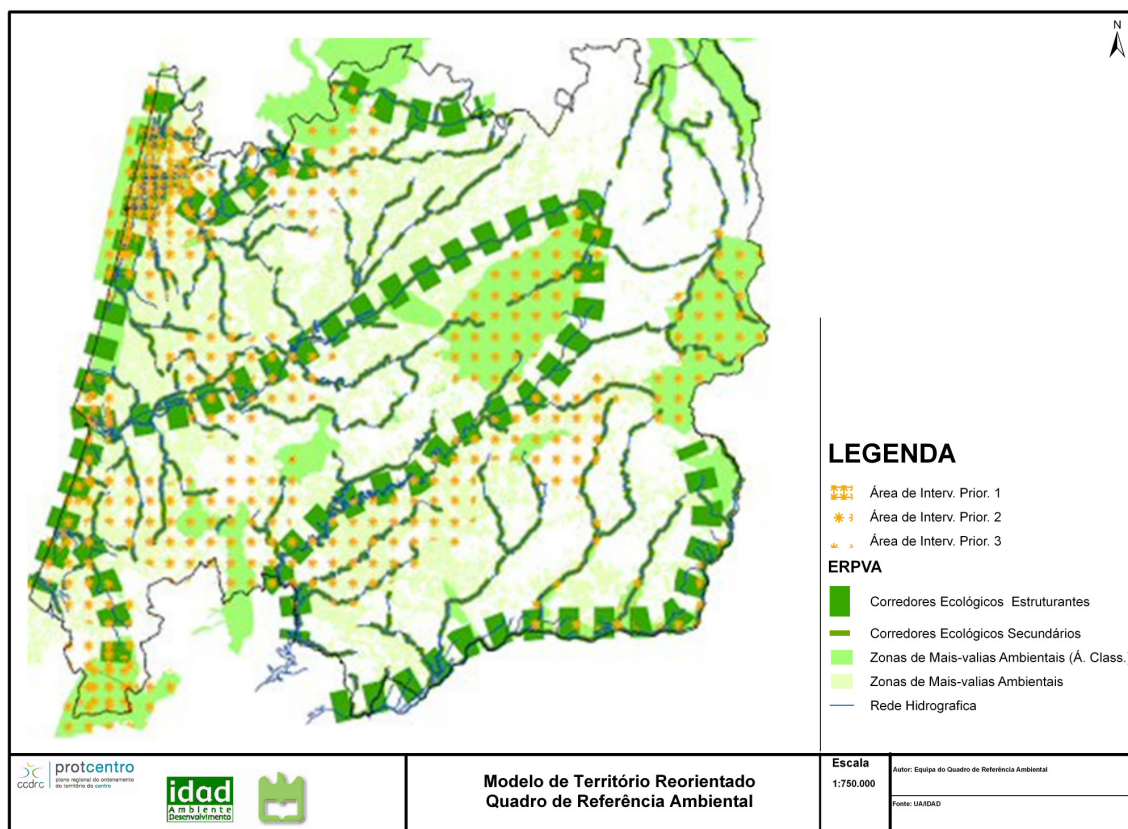


Figura 5: Sistema Ambiental

O modelo territorial integra um conjunto de áreas prioritárias de intervenção hierarquizadas nos domínios do ar, água, solo, biodiversidade e zona costeira, classificadas em três níveis, em função dos problemas/conflitos identificados pelos vários domínios.

A Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA) faz parte integrante do Modelo Territorial, consistindo no conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental, tanto na óptica do suporte à vida natural como às actividades humanas. É constituída por áreas de mais valia ambiental e corredores ecológicos. Nas áreas de mais valia ambiental distinguem-se as áreas classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, IBAs e outras derivadas de convenções internacionais), e as que abrangem áreas que possuem valor para a conservação da natureza (biótopos naturais de valor) como sejam as áreas agro-florestais e outros sistemas biogeográficos, não classificados. Consideram-se dois tipos de corredores ecológicos: os estruturantes constituídos pelas principais linhas de água da Região e na zona costeira e os corredores identificados nos Planos de Ordenamento Florestal - Corredores Ecológicos Secundários. Estes corredores assumem uma extrema importância, na medida em que salvaguardam a ligação e os intercâmbios genéticos entre diferentes áreas nucleares de conservação, promovendo a continuidade espacial e a conectividade das componentes da biodiversidade em toda a Região.

A ERPVA é constituída por **áreas nucleares** (áreas de mais valia) e **corredores ecológicos**

- As áreas de mais valia que constituem as áreas nucleares da ERPVA são as seguintes:

- Áreas de mais valia – Áreas classificadas
 - a. Áreas Protegidas
 - b. Zonas de Protecção Especial (ZPE)
 - c. Sítios de Importância Comunitária (SIC)
 - d. Sítios da Convenção de RAMSAR
 - e. Áreas importantes para as Aves (IBA)
 - f. Reservas biogenéticas de áreas diplomadas (Conselho da Europa)
- Áreas de mais valia - outras áreas sensíveis
 - a. Povoamentos de folhosas autóctones
 - b. Matos esclerofíticos
 - c. Zonas húmidas (estuários, lagunas litorais, pauis, salinas e sapais)
 - d. Sistemas dunares e arribas costeiras
- Corredores ecológicos (estruturantes e secundários).

Sistema de riscos naturais e tecnológicos

A estratégia do PROT-C considera que -a gestão territorial deve ter em conta cinco espaços de riscos:

- **Espaço Litoral**, em que a susceptibilidade relacionada com os processos de geodinâmica externa apresenta graus elevados, nomeadamente os relacionados com a erosão costeira, as inundações e, com menor incidência, a sismicidade. Este espaço é ainda diferenciado pelos, genéricos, baixos graus de susceptibilidade relacionados com os processos climáticos ou condições meteorológicas extremas;
- **Espaço de interface Litoral/Interior**, onde transparece a elevada susceptibilidade relacionada com os processos de geodinâmica externa, nomeadamente os movimentos de massa e as cheias/inundações, e com menor incidência com a sismicidade;
- **Espaço do Alto Vouga e do Médio e Alto Mondego**, representado por uma incidência importante da perigosidade relacionada com a geodinâmica, onde sobressai a radioactividade natural e os movimentos de massa em vertentes, bem como com as condições meteorológicas que determinam os incêndios florestais ou ondas de calor;
- **Espaço do Maciço Central e Beira Serra Sul**, no contexto regional este espaço apresenta uma elevada incidência dos processos climáticos e meteorológicos extremos, que determinam uma elevada susceptibilidade à seca, às ondas de calor e de frio, e a incêndios florestais. Os processos associados à geodinâmica, embora com menor incidência territorial, determinam elevados graus de susceptibilidade relacionados com os movimentos de massa, cheias e inundações;
- **Espaço Raiano**, onde a maior susceptibilidade aos processos naturais aparece associada às ondas de calor e a períodos de seca. De salientar ainda a susceptibilidade relacionada com a sismicidade e as inundações. Assiste-se a um incremento da perigosidade relacionada com o transporte de mercadorias perigosas. Regista-se uma perigosidade pontual com explorações mineiras abandonadas ou degradadas.

4.3. Proposta – síntese do modelo territorial

A proposta de modelo territorial para a Região Centro, sintetizada na figura anterior, pode ser sucintamente descrita pelo propósito de qualificação dos sub-sistemas urbanos do Centro Litoral, de consolidação da polaridade intermédia do sistema de Dão-Lafões e pela estruturação do sistema urbano da Beira Interior.

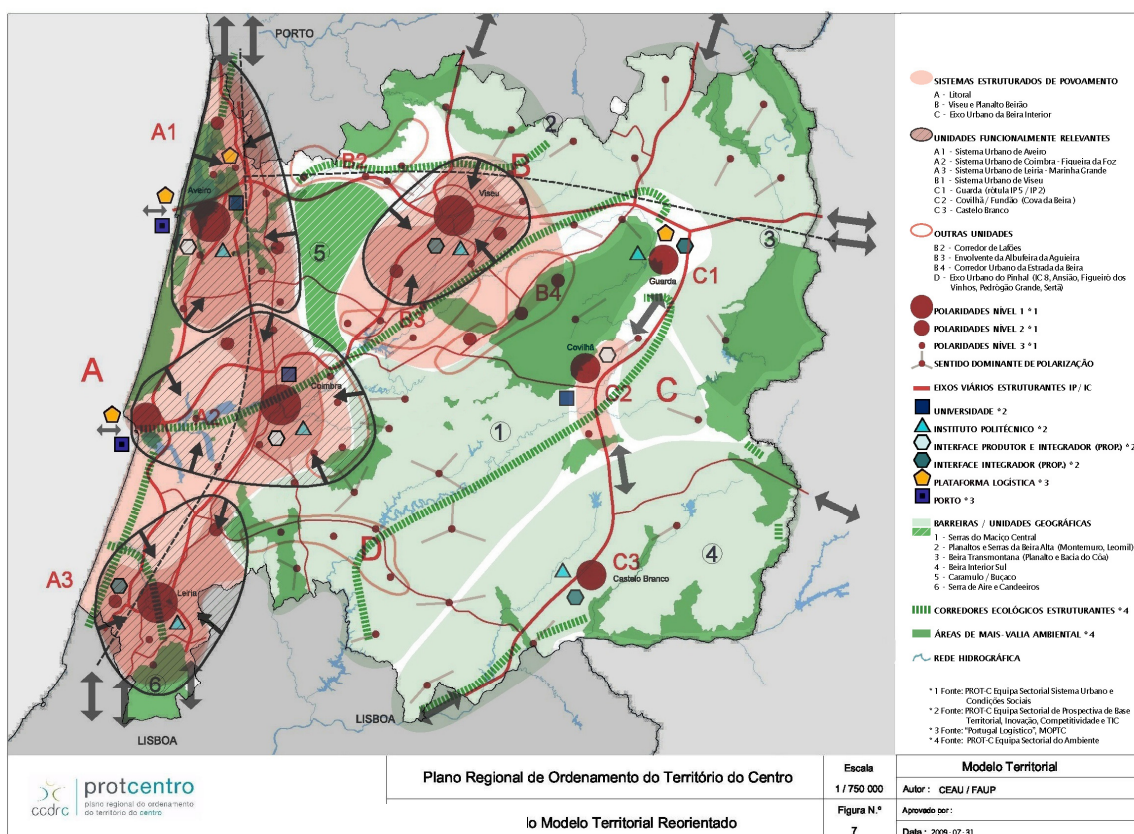


Figura 6: Modelo Territorial

No sistema urbano do Centro Litoral deve ser realçada a posição estratégica e de charneira de Coimbra face às aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto, que acumula uma boa acessibilidade na relação com a Figueira da Foz e, a NE, com Viseu pelo IP3 que por sua vez liga com Vila Real, Chaves e Espanha. Coimbra assume no modelo o estatuto de um pólo de serviços de forte influência regional (ensino superior, saúde, administração) com relativa contiguidade de povoamento na sua periferia imediata. Destaca-se ainda a relevância das suas infra-estruturas de base tecnológica (Parque Tecnológico e Instituto Pedro Nunes, instituição de referência e de excelência nacional e internacional no domínio da incubação de novas iniciativas empresariais. Não pode ainda ignorar-se o potencial que a cidade de Aveiro apresenta em termos de geração de uma nova tipologia de serviços, designadamente às empresas, dada a relevância das relações Universidade-empresa e a pujança sobretudo industrial do sistema de Leiria-Marinha Grande.

Em estreita articulação com o sistema Litoral, mas também como ponte de relacionamento com o Interior da Região, destaca-se a polaridade intermédia de Viseu/Dão-Lafões, que é vista como a única relevante polaridade intermédia Litoral - Interior da Região. O traçado do IP5/A25 e do IP3, e a boa posição na plataforma do Mondego e do Dão são reforçadas pelo dinamismo recente de aglomerados próximos como Mangualde e Tondela, completada com os centros complementares de S. Pedro do Sul, Nelas e Sátão. A proposta de modelo aposta no facto desta constelação urbana em formação assumir no futuro uma tendência cada vez mais forte de articulação com a corda das cidades da “Estrada da Beira” – Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia. Constitui, por isso, a dinâmica territorial de maior relevo e novidade observada na Região nas duas últimas décadas.

No espaço interior da Região, a articulação IP2/A23, envolvendo Castelo Branco, Covilhã/Fundão e Guarda, tem um efeito de estruturação territorial que é necessário consolidar. Estas três aglomerações, espaçadas e inseridas em

territórios relativamente esvaziados, coincidem com as principais concentrações industriais e de serviços, e com o ensino superior. Covilhã, sem ter estatuto de capitalidade distrital, acaba por ter uma importância equivalente à da Guarda e Castelo Branco. O traçado transversal do IP5/A25 entre Aveiro e a Guarda – sublinhado por uma ligação prevista na RAVE, constitui uma ligação de interesse nacional e ibérico. Guarda é a rótula fronteiriça desta relação. A Sul, a ligação pelo IP6/A23, por Castelo Branco (IP2/A23) e pelo IC31 sublinha outra relação transversal importante, embora com um potencial nacional e regional menor que a primeira. A proposta de modelo territorial incide ainda no papel futuro de internacionalização que o IC31 pode assumir, emergindo como mais uma ligação da aglomeração metropolitana de Lisboa a Madrid. Neste território interior, há que mencionar a relevância das interações transfronteiriças com o território espanhol, que envolve municípios como Sabugal, Almeida e alguns outros.

A proposta de modelo territorial integra uma “Área Crítica”, onde coincidem fenómenos como a rarefacção urbana, a baixa densidade e o despovoamento. O processo de “desruralização”–desagregação dos sistemas tradicionais agrícolas e silvo-pastoris, e perda e envelhecimento demográficos tocam profundamente estas regiões onde outras oportunidades económicas no campo do turismo, como Turismo em Espaço Rural (TER), ou dos produtos de Dominação de Origem Protegida (DOP) não constituem ainda alternativa suficientemente importante para inverter o despovoamento. Genericamente, o processo do despovoamento generalizado foi acompanhado pelo reforço demográfico e, sobretudo, funcional das sedes concelhias que assim assumem uma importância crescente na ancoragem do desenvolvimento local.

Para além da necessidade de criar mecanismos de articulação viários e de produção de conhecimento relevante com os territórios mais dinâmicos da Região, o PROT-C reforça a necessidade de integração de políticas públicas para fixar nestes territórios uma massa crítica mínima de recursos que permita pensar estratégias de desenvolvimento não assistencial para estes territórios.

4.4. Unidades Territoriais do PROT-C

As Unidades Territoriais (UT) do PROT-C constituem espaços geográficos relevantes e pertinentes para (i) a definição de políticas públicas de base territorial enquadráveis nos instrumentos de gestão territorial e a ii) a formulação de orientações estratégicas de suporte à territorialização de políticas não enquadráveis nos instrumentos de gestão territorial.

O PROT-C considera quatro unidades territoriais:

- Centro Litoral (e os seus sub-sistemas de Aveiro-Baixo Vouga, de Coimbra-Baixo Mondego e de Leiria-Marinha Grande/Pinhal Litoral);
- Dão-Lafões e Planalto Beirão;
- Beira Interior;
- Pinhal Interior e Serra da Estrela.

A proposta de PROT-C inclui no seu texto fundamental um conjunto de cartogramas que explicitam o caminho que conduziu à definição das UT e a territorialização das principais opções que aprofundam a visão estratégica proposta para a Região Centro.

5. NORMAS ORIENTADORAS

5.1. Alcance normativo do PROT-C

Tal como foi inicialmente sublinhado, o PROT-C constitui um quadro orientador que vincula apenas entidades públicas. A sua dimensão é essencialmente estratégica, propondo um modelo de organização e estruturação do território, procurando na medida do seu poder vinculativo influenciar as políticas públicas (centrais e locais) que incidirão no território da Região Centro.

A acção influente do PROT-C deve concretizar-se por via dos instrumentos de política de desenvolvimento e ordenamento territorial, sem embargo dos domínios mais sensíveis do ponto de vista ambiental e cultural como, por exemplo, as estruturas ecológicas, os valores patrimoniais ou, ainda, dos actos administrativos válidos praticados em momento anterior à entrada em vigor do PROT-C, que permaneçam eficazes, nomeadamente sempre que tenham valor estruturante sobre equipamentos âncora, conclusão de redes ou candidaturas significativas a programas ou eventos.

Neste contexto, as normas orientadoras do PROT-C, embora não assumam uma natureza regulamentar, constituem orientações com incidência nos diferentes domínios do ordenamento territorial e urbano. Assim, os critérios de ordenamento e gestão territorial tendentes a estabelecer padrões de contenção, polaridade, mobilidade e sustentabilidade, têm em conta os diferentes modelos de afirmação da urbanidade na região, de forma a que as orientações e recomendações sejam incorporados nos PMOT que determinam em exclusivo o uso do solo.

A proposta de normas orientadoras para o PROT-C organiza-se em torno de quatro grupos:

- Normas Gerais (G);
- Normas Específicas por Domínio de Intervenção (DI);
- Normas Específicas de Base Territorial (TG);
- Orientações de Política Sectorial (OS).

As normas gerais identificam os princípios gerais de enquadramento que consubstanciam a filosofia de regulação e de gestão territorial que suporta a proposta de modelo territorial para a Região Centro e de modelo de gestão necessário à sua concretização.

As normas específicas por domínio de intervenção definem o conjunto de orientações a respeitar pelas diferentes entidades públicas cuja intervenção é considerada necessária para a concretização do modelo territorial, com aplicação generalizada a todo o território da Região. A apresentação destas normas organiza-se em função dos sistemas estruturantes do modelo territorial.

As normas de base territorial sistematizam as orientações que devem preferencialmente aplicar-se nas diferentes UT consignadas na proposta de modelo territorial.

Em alguns domínios sectoriais para os quais o PROT-C produziu fundamentação técnica, concluiu-se que, de modo a viabilizar a proposta de modelo territorial, seria conveniente propor um conjunto de orientações de política sectorial.

5.2. Princípios assumidos

O quadro normativo do PROT-C assume alguns princípios considerados fundamentais para compreender o alcance das normas propostas:

- As propostas do PROT-C exigem uma forte interacção entre actores públicos e privados, tendo em vista o objectivo essencial de coordenação de políticas, designadamente a co-integração das políticas sectoriais e territoriais aplicadas à Região e das actuações dos diferentes agentes territoriais;
- A concretização do normativo proposto exige que a Administração Central vise ultrapassar um modo de funcionamento fragmentado e sectorializado e implementar políticas mais transversais e integradoras de múltiplas valências e responsabilidades;

- Não ignorando que a aplicação de normativos tem custos administrativos de gestão, a sua aplicação deve ser concretizada com suficiente flexibilidade para permitir um ajustamento adaptativo das soluções a situações futuras incertas, atendendo, nomeadamente, quer à incerteza da evolução dos sistemas naturais, quer à incerteza da evolução dos diferentes sectores de actividade económica e dos mercados em que se inserem;
- Essa aplicação deve incorporar o conceito de uso das melhores técnicas disponíveis (MTD): tecnologias, técnicas ou práticas correspondentes à fase de desenvolvimento mais avançada, eficaz e economicamente aceitáveis, das actividades e dos respectivos modos de exploração;
- Necessita ainda de ser suportada por processos de monitorização e avaliação que funcionem como suportes ao exercício da gestão territorial e dos processos de tomada de decisão inerentes.

5.3. Normas Gerais

Para além dos princípios anteriormente mencionados, as normas gerais do PROT-C contemplam orientações fundamentais para compreender a estratégia de ordenamento proposta:

- As estratégias e políticas de ordenamento devem contribuir para a criação de ambientes favoráveis à actividade empresarial inovadora, promovendo designadamente as condições propícias de concentração de recursos e a introdução de padrões ambientais, energéticos e de segurança exigentes como factores actuais de qualidade e de diferenciação;
- Defender o conceito e as políticas de desenvolvimento rural como princípio fundamental de valorização do território, e a assumpção de uma perspectiva territorial para as políticas agrícola e florestal;
- Gerir o solo rural tendo em conta que o seu potencial produtivo pode não coincidir com o critério económico da sua utilização, e que este é sobretudo, condicionado por factores como: os mercados (agrícolas e florestais; turísticos; residenciais); as políticas públicas e o respectivo enquadramento legislativo; os agentes institucionais e económicos em presença; as tecnologias disponíveis e o histórico da ocupação;
- Promover políticas públicas de preservação e valorização dos seus recursos de património cultural e natural, da qualidade das paisagens naturais, rurais e urbanas, e da qualidade dos serviços como vectores de consolidação de recursos turísticos e gerir em rede os activos culturais e patrimoniais, designadamente através da criação e consolidação de rotas regionais e do desenvolvimento de actividades de animação associando o recreio e o lazer com o património histórico e natural.
- Fomentar a produção de conhecimento sobre os locais de interesse patrimonial da Região e promover acções concertadas de valorização e divulgação do Património Cultural enquanto importante recurso de afirmação e desenvolvimento do território
- Afirmar as políticas de eficiência energética e a valorização das energias renováveis como meios privilegiados de afirmação das mais valias ambientais da Região Centro e da sua estratégia de ordenamento;
- Considerar como vectores fundamentais de valorização do sistema urbano policêntrico da Região os seguintes:
 - Aprofundar os relacionamentos entre áreas urbanas do mesmo nível hierárquico e/ou de níveis hierárquicos diferentes, tendo como objectivo alcançar dimensão demográfica, económica, social e níveis de especialização funcional (massa crítica) de suporte ao desenvolvimento de complementaridades regionais;
 - Garantir que os subsistemas urbanos regionais sejam as bases de sustentação da coesão territorial e da melhoria da qualidade de vida dos residentes;
 - Assegurar que a regeneração urbana contribua para potenciar os recursos diferenciadores dos centros urbanos da Região;
 - Consolidar redes de relacionamento transversais e de conexão inter-regional, nacionais ou fronteiriças, potenciando proximidades geográficas;
 - Reforçar a competitividade e a projecção internacional a partir de “redes urbanas” centradas em factores de inovação territorial;

- Definir regionalmente a coerência dos planos e programas de incidência urbana.
- Assegurar que a política de equipamentos e serviços se guie por objectivos de qualidade de vida e de coesão:
 - Promovendo políticas sectoriais de saúde, educação e formação, apoio social, cultura e património cultural, desporto e lazer compatíveis com a territorialização do modelo de ordenamento e de desenvolvimento para a Região;
 - Organizando um sistema urbano regional que oriente a definição e estruturação das redes de serviços, infra-estruturas e equipamentos públicos de âmbito supra-municipal e regional;
 - Implantando uma rede de equipamentos e serviços que responda adequadamente à diversidade dos contextos territoriais;
 - Gerir a rede de equipamentos e serviços de modo a dar coerência à oferta, rentabilizar recursos humanos e físicos.
- Programar a política de acessibilidades e transportes segundo lógicas não exclusivamente sectoriais:
 - Privilegiando a natureza integradora do território, a concretização de níveis elevados de eficácia e eficiência com o respeito por objectivos ambientais, energéticos e de segurança, a promoção da intermodalidade dos diferentes sistemas de transportes e o desenvolvimento de um sistema de transportes que privilegie políticas de gestão activa da procura, em detrimento de investimentos em infra-estruturas;
 - Acautelando princípios da sustentabilidade que informem transversalmente toda a política de transportes e que inclusivamente promovam soluções inovadoras de transporte em territórios de baixa densidade.
- A protecção e valorização ambiental enquanto pilar fundamental de um desenvolvimento sustentável, deve regular domínios sectoriais diversificados nos seguintes termos:
 - **Qualidade do ar e alterações climáticas:** potenciar o uso dos recursos naturais com ênfase especial na gestão sustentável e valorização do recurso ar;
 - **Recursos hídricos:** assegurar a sustentabilidade das disponibilidades da água como recurso económico, social e ambiental;
 - **Solos:** promover a sua sustentabilidade no exercício de funções e serviços vitais para o Homem e ecossistemas, nomeadamente, como meio para a produção de bens alimentares e de condições ambientais indissociáveis do necessário equilíbrio ecológico para qualidade da vida humana no território;
 - **Florestas:** promover o aumento da diversidade dos espaços florestais e garantir o seu equilíbrio multifuncional sustentado;
 - **Paisagem:** promover a sua protecção, gestão e ordenamento que permita a sua identificação conservação, manutenção, recuperação e/ou valorização, tendo em conta valores de diversidade, qualidade e originalidade em estreita associação com o património cultural da Região Centro;
 - **Zona costeira:** criar condições para o seu desenvolvimento harmonioso e sustentável e para a defesa e valorização dos seus ecossistemas, recursos e valores identitários;
 - **Conservação da natureza e da biodiversidade:** promover o valor económico e social das zonas de valia ambiental e dos recursos naturais, criando uma rede de áreas classificadas integrada numa estrutura de corredores ecológicos, que constituindo a ERPVA, garanta a conservação e valorização do património natural e de sistemas produtivos agrícolas e florestais que assegurem a conservação de valores naturais e habitats em estado considerado favorável.
- Em termos de riscos naturais e tecnológicos devem ser considerados quatro vectores estratégicos que assegurem a compatibilidade entre o ordenamento do território, o desenvolvimento físico-urbanístico, socio-económico e uma cultura de segurança:
 - Prevenção e redução da perigosidade: adoptar por antecipação um conjunto de políticas e implementar acções que visem uma estratégia global de redução da perigosidade;

- Redução da vulnerabilidade e mitigação dos riscos: adoptar um conjunto de acções ou programas específicos visando limitar os efeitos decorrentes de acidentes graves ou catástrofes, promovendo o alerta, a redução do grau de exposição dos elementos instalados e incrementando a resiliência das populações;
 - Operações de socorro e emergência: promover e melhorar acções de planeamento de soluções de emergência em caso de acidentes graves ou catástrofes, assim como, otimizar a gestão de meios no âmbito da protecção civil e assegurar a coordenação entre as várias entidades intervenientes;
 - Investimento no conhecimento técnico/científico e nas acções de sensibilização que contribuem para aumentar a resiliência das populações.
- Regular a estratégia de desenvolvimento urbano segundo princípios de contenção, contiguidade, polaridade e sustentabilidade:
- Contendo a evolução do solo urbanizável, assumindo os critérios de saturação progressiva das áreas já infraestruturadas, constituindo Unidades de Execução com obrigação de cedência de espaços para equipamentos de utilização colectiva e de quotas para habitação social ou a custos controlados e impondo o custeio de externalidades de interesse mais geral, nomeadamente fazer ou completar redes, valorizar a paisagem, especialmente quando se trate de projectos classificados como de interesse nacional situados em áreas não infraestruturadas;
 - Reforçando contiguidades urbanas, de modo a consolidar padrões de urbanidade e coerência morfológica, acautelando as diferentes tradições de assentamento e padrões cadastrais agrícolas existentes na Região;
 - Contrariando a utilização de padrões rígidos de zonamento do desenvolvimento urbano;
 - Garantindo que o sistema de espaços naturais e/ou de valia ambiental assegurem as permeabilidades do solo e da conservação e valorização dos sistemas bio-físicos ou dos aquíferos.

Um conjunto diversificado de normas específicas e de base territorial completa o quadro normativo do PROT-C. Nesse normativo, emergem como muito relevantes as normas de planeamento e gestão territorial, a consagração do litoral e dos níveis de risco natural e tecnológico como novidade e ainda uma abordagem do normativo por unidade territorial do Plano.

Nas normas de planeamento e gestão territorial, destaca-se o firme propósito de contenção da expansão urbana e do controle da construção dispersa e isolada. Neste domínio, as regras de edificabilidade constantes no PROT C decorrem de orientações de política de gestão territorial vertidas em vários documentos, tais como o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado em Assembleia da República (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro) ou o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio o qual atribui explicitamente aos PROT a competência de concretizar o respectivo articulado legal. Uma das orientações de política é a contenção da expansão urbana e da edificação isolada e dispersa. Na versão actual da proposta de PROT C foram introduzidas alterações nas normas que vão ao encontro destas orientações de política que conferem, maior flexibilidade aos municípios no planeamento do respectivo território, nomeadamente na classificação e reclassificação do solo urbano, permitindo uma maior adaptação do normativo do PROT C às diversas realidades de povoamento.

6. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE APOIO À GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DO PROT-C

O processo de gestão e monitorização do PROT-C é suportado por um Sistema de Informação do PROT-C, gerador de informação de gestão e de monitorização em matéria de sustentabilidade ambiental e paisagem, de prevenção dos riscos ambientais, naturais e tecnológicos, de desenvolvimento das infra-estruturas de apoio às inovação e competitividade, de sistema urbano, de desenvolvimento de redes de infra-estruturas e equipamentos, da qualidade de vida, e de gestão territorial. Para este efeito o Sistema de Informação estruturar-se-á em duas componentes de informação definidas e constituídas de forma articulada:

- Componente de indicadores de gestão e de monitorização;
- Componente de informação geográfica.

A componente de indicadores de monitorização, traduzida na constituição de um Sistema de Indicadores de monitorização do PROT-C, estrutura-se em dois domínios distintos: o domínio de monitorização estratégica e o domínio de monitorização do Programa de Execução.

É especialmente relevante sublinhar que o PROT-C é acompanhado de um programa de execução de investimentos e outras realizações, oportunamente concertadas entre a CCDRC, os Municípios, as Comunidades Intermunicipais e outros serviços da Administração Central

A adequação e incorporação das orientações e directrizes ao modelo territorial e às normas orientadoras do PROT-C por parte dos Planos Especiais de Ordenamento do Território e dos Planos Directores Municipais deverá ser efectuada nos termos do artigo 96.º e 98.º do RJIGT, devendo o respectivo procedimento iniciar-se após a entrada em vigor do PROT-C, em prazo a acordar com os municípios, no caso dos Planos Directores Municipais.